

# Editorial

Destinada ao fortalecimento e aprofundamento dos vínculos entre acadêmicos, docentes, alunos e pesquisadores, a revista *Direito e Democracia* está aberta ao recebimento de trabalhos com as mais diversas abordagens teóricas, práticas e metodológicas, inclusive interdisciplinares, que se enquadram no eixo temático “Direito e Democracia”.

Para tanto, o periódico ora apresentado à comunidade científica aceitará contribuições que desenvolvam temas pertinentes a todos os campos do direito, enfatizando textos que trabalhem conceitos constitutivos da noção contemporânea de democracia e do direito, como direitos fundamentais, direitos humanos, integridade, modelos hermenêuticos, justiça social, equidade, princípios, fundamentos da democracia, dignidade humana, garantias individuais, constitucionalização do direito, efetividade da Constituição, instrumentalidade do processo, entre outros.

A presente edição começa pelo artigo de Ana Sani e Cristina Morais, que versa sobre a polícia no apoio às vítimas de violência doméstica, com contribuições da psicologia jurídica, para investigar o papel da política no empoderamento das vítimas.

Na parte nacional, começa-se com o trabalho de Leandro Maciel do Nascimento, em torno do reconhecimento dos direitos fundamentais, interpretando o art. 5º, parágrafo 2º, da Constituição Brasileira de 1988, e classificando modalidades de direitos não expressos.

Gilberto Guimarães Filho investiga os pressupostos teóricos da relação jurídica processual analisando o processo e sua autonomia científica. Para tanto, retorna aos autores clássicos do processo e ao conceito de ação, e termina explorando novas críticas surgidas com base epistemológica distinta.

Lucas Daniel Ferreira de Souza e Francisco Antonio Morilhe Leonardo dissertam sobre a alienação parental, explicando a estrutura do fenômeno a partir da psicologia jurídica e suas consequências jurídicas a partir da Lei n. 12.318/2010.

Claudia Frota Herrmann trabalha com a doutrina da proteção integral e sua configuração jurídica no Estado democrático de direito.

Guilherme Moisés Wagner analisa a inconstitucionalidade da contribuição do art. 1º da Lei Complementar nº 110/2001, utilizando noções de hermenêutica para análise da lei e verificação da sua constitucionalidade.

Carine Schmidt Bataioli e João Alexandre Netto Bittencourt desenvolvem trabalho em torno da efetividade do direito penal em relação aos crimes de colarinho branco, criticando a utilização da pena privada de liberdade e propondo alternativas.

Por fim, Raul Brum Manzoni Júnior e Giulia Jaeger Englert analisam o conflito de competência entre ISS e ICMS na comercialização de softwares de prateleira e personalizados a partir da jurisprudência das Cortes Superiores.

*Maria Aparecida Cardoso da Silva*  
*Moisés Pinto Neto*  
*Editores*